

MAPFRE
Capitalização S.A.

**Demonstrações Financeiras
Intermediárias em 30 de junho de
2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da MAPFRE Capitalização S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Contábeis Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A MAPFRE Capitalização tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização aprovados pelo SUSEP, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização.

A Companhia apresentou R\$ 19,8 milhões de receita líquida com títulos de capitalização (R\$ 31,9 em 2017), que representam um decréscimo de 38,1% sobre o ano anterior.

A retração no consumo do mercado nacional ocasionou a diminuição da locação e dos valores de imóveis e como consequência, tivemos uma redução no produto Garantia Fiador.

No produto Incentivo, também tivemos uma queda significativa ocasionada além da retração citada acima, como também pelo novo marco regulatório, fazendo com que este mercado migrasse para as promoções aprovadas pela Caixa Econômica Federal.

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1,9 milhões, redução de 38,3% em relação ao semestre do ano anterior.

As provisões técnicas totalizaram, em 30 de junho de 2018, R\$ 112,3 milhões (R\$ 94,7 milhões em 30 de junho 2017).

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Capitalização S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da Administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações feitas pela Circular SUSEP 521/15, a Companhia declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança e apoio, e, em especial, aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.

São Paulo, 30 de agosto de 2018.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Capitalização S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **MAPFRE Capitalização S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MAPFRE Capitalização S.A.** em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

MAPFRE Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante		93.591	124.411
Disponível		398	488
Caixa e bancos		398	488
Aplicações	5	83.626	110.823
Créditos das operações de capitalização		5.267	8.842
Créditos das operações de capitalização	6	5.267	8.842
Títulos e créditos a receber		4.214	4.187
Títulos e créditos a receber		972	788
Créditos tributários e previdenciários	7	2.673	3.017
Depósitos judiciais e fiscais		20	20
Outros créditos		549	362
Outros valores e bens		55	66
Outros valores		55	66
Despesas antecipadas		31	5
Ativo não circulante		45.753	8.501
Realizável a longo prazo		45.279	7.978
Aplicações	5	45.107	7.664
Títulos e créditos a receber		172	315
Créditos tributários e previdenciários	7	172	315
Imobilizado		382	335
Bens móveis		382	335
Intangível		92	188
Outros intangíveis		92	188
Total do ativo		139.344	132.912
Passivo			
Circulante		117.038	111.908
Contas a pagar		4.155	4.327
Obrigações a pagar	8	3.248	3.236
Impostos e encargos sociais a recolher		56	135
Encargos trabalhistas		471	654
Impostos e contribuições	9	380	302
Depósitos de terceiros	10	553	285
Provisões técnicas - capitalização	11	112.329	107.296
Provisão para resgates		98.677	92.555
Provisão para sorteio		13.438	14.545
Provisão para distribuição de bônus		79	69
Outras provisões		135	127
Outros Débitos		1	1
Provisões Judiciais	16a	1	1
Patrimônio líquido	12	22.306	21.003
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		9.003	9.003
Lucros acumulados		1.912	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(609)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		139.344	132.912

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação).

	Notas	2018	2017
(+) Receita líquida com títulos de capitalização		19.779	31.934
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	13a	81.850	114.725
(+/-) Variação da provisão para resgate	11	(62.071)	(82.791)
(+) Variação das provisões técnicas		886	(34)
(+) Resultado com sorteio	11	(10.433)	(19.626)
(-) Custos de aquisição	13b	(1.668)	(1.511)
(+) Outras receitas e despesas operacionais		1	(258)
(+) Outras receitas operacionais		141	212
(-) Outras despesas operacionais		(140)	(470)
(-) Despesas administrativas	13c	(5.739)	(7.454)
(+) Pessoal próprio		(3.468)	(3.296)
(+) Serviços de terceiros		(1.126)	(2.805)
(+) Localização e funcionamento		(646)	(586)
(+) Publicidade e propaganda		(48)	(3)
(+) Publicações		(94)	(90)
(+) Donativos e contribuições		(20)	(12)
(+) Despesas administrativas diversas		(337)	(662)
(-) Despesas com tributos	13d	(618)	(701)
(+) Resultado financeiro	13e	1.868	3.629
(+) Receitas financeiras		4.580	6.113
(-) Despesas financeiras		(2.712)	(2.484)
(=) Resultado operacional		4.076	5.979
(=) Resultado antes dos impostos e participações		4.076	5.979
(-) Imposto de renda	14a	(916)	(1.443)
(-) Contribuição social	14a	(716)	(1.141)
(-) Participações sobre o lucro		(532)	(294)
(=) Lucro líquido		1.912	3.101
(/) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(=) Lucro líquido por ação		0,16	0,26

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	1.912	3.101
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(609)	-
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos.	1.303	3.101
Atribuível aos acionistas Controladores	1.303	3.101

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	12.000	4.051	1.477	-	-	17.528
Lucro líquido do semestre					3.101	3.101
Saldos em 30 de junho de 2017	12.000	4.051	1.477	-	3.101	20.629
Saldos em 01 de janeiro de 2018	12.000	7.352	1.651	-	-	21.003
Lucro líquido do semestre	-	-	-		1.912	1.912
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(609)	-	(609)
Saldos em 30 de junho de 2018	12.000	7.352	1.651	(609)	1.912	22.306

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa- Método Indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do semestre	1.912	3.101
Ajustes para:	34	8.829
Depreciações e amortizações	165	101
Variação das provisões técnicas	(131)	8.728
Lucro líquido ajustado	1.946	11.930
Variação nas contas patrimoniais:	(658)	(10.162)
Aplicações financeiras	(10.247)	(23.614)
Créditos das operações de capitalização	3.575	445
Créditos tributários e previdenciários	487	(63)
Outros ativos	(359)	(223)
Impostos e contribuições	1.077	2.941
Débitos de operações de capitalização	-	8
Despesas antecipadas	(26)	(10)
Depósitos de terceiros	268	-
Provisões técnicas - capitalização	5.164	8.091
Outras contas a pagar	12	2.263
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	(609)	-
Caixa gerado pelas operações	1.288	1.768
Imposto de renda sobre o lucro pago	(711)	(1.062)
Contribuição social sobre o lucro pago	(550)	(835)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	27	(129)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
Pagamento pela compra:	(117)	(44)
Imobilizado	(2)	(37)
Intangível	(115)	(7)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(117)	(44)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(90)	(173)
	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	488	203
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	398	30

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

MAPFRE Capitalização S.A.

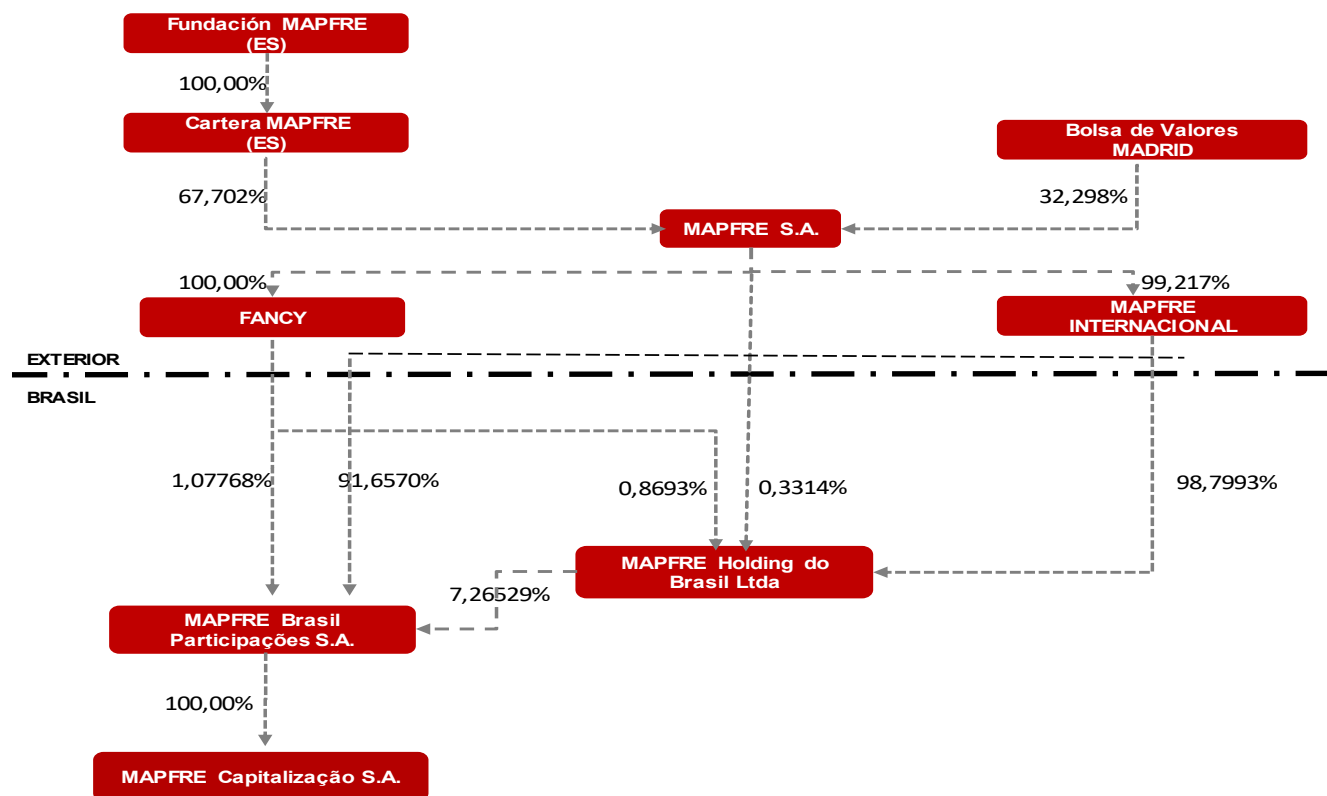
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante denominada por “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711,21º andar, São Paulo e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00.

A Companhia integra o Grupo MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em São Paulo, Brasil. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo.

Em 30 de junho de 2018, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

a) Declaração de conformidade

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As Demonstrações Financeiras Intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 - Demonstração Intermediária e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia.

Essas Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 30 de agosto de 2018.

b) Base para mensuração e moeda funcional

As Demonstrações Financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Companhia é o Real.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões, com relação a estimativas contábeis, são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Notas 3b e 5- Aplicações financeiras;

Notas 3f e 10- Provisões técnicas;

Notas 3g e 16 - Provisões, passivos e ativos contingentes e;

Nota 14- Imposto de renda e contribuição social.

d) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até 12 meses e posterior a 12 meses, respectivamente.

e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos

requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Caixa, bancos e equivalentes de caixa

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento, utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

b) Aplicações financeiras

A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iv) Determinação do valor justo e a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) *Ativos disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iii) *Ativos mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

(iv) *Determinação do valor justo*

Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgados na nota 5d.

c) **Redução ao valor recuperável**

(i) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

(ii) *Ativos não financeiros*

Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente.

É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

d) **Imobilizado**

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, reduzido por depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

O custo histórico do ativo imobilizado, compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

e) **Intangível**

Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f) **Provisões técnicas**

As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da MAPFRE Capitalização S.A., foram elaboradas em todos os aspectos, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial.

Taxas e carregamento dos principais títulos:

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento %	Taxa % a.a.
15414.000961/2008-95	PU	15,00	1,21
15414.001189/2012-13	PU	18,84	1,21
15414.005390/2011-81	PU	5,79	6,17
15414.900556/2013-36	PU	5,79	6,17
15414.901225/2013-13	PU	16,46	6,17
15414.900281/2015-01	PU	2,00	4,28

A Provisão para Resgate (PR) é constituída para cada título vencido e antecipado cujo saldo é atualizado pelo indexador do plano, a taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança - TR, desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate.

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento.

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes.

A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas relacionadas as operações dos títulos de capitalização.

g) **Provisões, passivos e ativos contingentes**

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

h) **Benefícios aos empregados**

(i) *Obrigações de curto prazo*

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa a medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) *Obrigações com aposentadorias*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas ao resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

(iii) *Outros benefícios de curto prazo*

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos ao resultado a medida que são incorridos.

i) **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

j) **Operações de capitalização**

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita.

k) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável do semestre excedente a R\$ 120 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

l) **Participações nos lucros**

A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. Gerenciamento de riscos

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio a medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (*Compliance*), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a MAPFRE conta com os seguintes comitês:

Comitê Executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório.

Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de *Compliance* tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as Demonstrações Financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de *Compliance*, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê de Estratégia Financeira: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência de este comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê de Riscos e Compliance: constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de Governança Corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos qual a Companhia está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao seu perfil. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno.

O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do

sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Risco de subscrição

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo, em função disto, utilizamos premissas baseadas nas experiências atuariais de nossa carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio, que implica na possibilidade da empresa pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas.
- Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade “popular” onde a Companhia não opera.
- Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não.
- Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de Risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o Gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do comitê financeiro.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos e *Compliance* realizam tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo Grupo Econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de risco de crédito e submete aos Comitês competentes, periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes Intermediárias em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*.

A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em

consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia.

Rating da carteira de aplicações

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

Títulos	2018				Total	2017
	AA-	AA+	AA	Sem Rating		Total
I. Valor justo por meio do resultado	83.631	-	-	(5)	83.626	110.823
<u>Fundos de investimentos</u>						
Letras financeiras do tesouro - LFT	68.393	-	-	-	68.393	95.582
Operações compromissadas (*)	15.063	-	-	-	15.063	15.017
Títulos da dívida agrária - TDA	175	-	-	-	175	239
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	-	(5)	(5)	(15)
II. Títulos disponíveis para venda	37.394	-	-	-	37.394	-
<u>Carteira própria</u>						
Letras do tesouro nacional - LTN	37.394	-	-	-	37.394	-
III. Títulos mantidos até o vencimento	7.713	-	-	-	7.713	7.664
<u>Fundos de investimentos</u>						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	3.651	-	-	-	3.651	3.599
Notas do tesouro nacional - NTN-F	4.062	-	-	-	4.062	4.065
Total geral	128.738	-	-	(5)	128.733	118.487

(*) com lastro em títulos públicos.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Comitê de Administração e Meios.

2018	A vencer em até	A vencer acima	Total
	1 ano	de 1 ano	
Caixa e equivalentes de caixa	398	-	398
Aplicações Financeiras	83.626	45.107	128.733
Créditos das operações de capitalização	5.267	-	5.267
Outros ativos	4.300	172	4.472
Total dos ativos financeiros	93.591	45.279	138.870
Contas a pagar	4.155	-	4.155
Provisões técnicas - capitalização	112.329	-	112.329
Outros passivos	554	-	554
Total dos passivos financeiros	117.038	-	117.038

2017	A vencer em até	A vencer acima	Total
	1 ano	de 1 ano	
Caixa e equivalentes de caixa	488	-	488
Aplicações Financeiras	110.823	7.664	118.487
Créditos das operações de capitalização	8.842	-	8.842
Outros ativos	4.258	315	4.573
Total dos ativos financeiros	124.411	7.979	132.390
Contas a pagar	4.327	-	4.327
Provisões técnicas - capitalização	107.296	-	107.296
Outros passivos	286	-	286
Total dos passivos financeiros	111.909	-	111.909

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços dos ativos financeiros decorrentes de oscilações de mercado, tais como taxas de juros, câmbio e preços de ações, que podem impactar no resultado da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é demonstrar, gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados em que a Companhia está exposta, obedecendo a parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, colaborando com a otimização do retorno dos investimentos realizados.

Este risco é mensurado pela área de Riscos e *Compliance*, com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a área de Riscos e *Compliance* acompanha os resultados decorrentes do cálculo do *VaR* e verifica a aderência aos limites estabelecidos, os resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê de Estratégia Financeira, visando identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Porém na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberação da manutenção ou encerramento das exposições em risco.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) Taxa de juros; e (ii) Cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Companhia.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atual com seus resultados projetados após um ano, que totaliza R\$ 136.717 (R\$ 127.032 em 31 de dezembro de 2017).

Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base da demonstração financeira.

Fator de risco	Impacto no Patrimônio líquido/resultado	
	2018	2017
Elevação da taxa de juros	1.276	1.185
Redução da taxa de juros	(1.276)	(1.185)

Parâmetros:

100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 30 de junho de 2018 e dezembro de 2017.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais.

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com as exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;

- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação de *Compliance* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria.

f) *Gestão de capital*

No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Companhia deverá possuir de maneira contínua uma quantia de Capital suficiente para cobrir o Capital de Solvência Requerido contemplando o valor adicional estabelecido pela gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Companhia.

A Companhia tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, mas como o Capital calculado é inferior ao Capital Base estabelecido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), manteremos o valor correspondente ao Capital Base estabelecido na Legislação vigente.

a) Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/15 (alterada pela Resolução nº 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA), considerando os valores econômicos, sendo igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis	
Patrimônio Líquido (+/-)	22.306
Despesas antecipadas (-)	(31)
Ativos intangíveis (-)	(92)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	22.183
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento (+/-)	219
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contingências Registradas (+)	-
Ajustes econômicos (b)	219
3. Capital Mínimo Requerido	
Capital base - CB	10.800
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	4.776
Capital de risco de crédito	1.362
Capital de risco de subscrição	1.014
Capital de risco operacional	1.165
Capital de risco de mercado	2.502
Correlação entre os riscos	(1.204)
(-) Limite de capital de risco operacional (30% dos demais)	(63)
Capital mínimo requerido (c)	10.800
Suficiência de capital (d = a + b - c)	11.602
Suficiência de capital (d / c)	107,43%
Índice de Solvência (e = (a + b) / c)	2,07

Conforme Resolução CNSP 321/15 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponde a 100%.

As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresenta liquidez apresenta liquidez como segue:

Capital de risco (a)	4.776
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017- 20% sobre CR	365%
Ativos livres - vide nota explicativa 10	17.413

5. Aplicações financeiras

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico.

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento			(E = A + B + C)	Ativos			Total				
		2018				2018			2018		2017		
		(A)	(B)	(C)		(F)	(G)	(G - F)	(E)	%	(H)	%	
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Curva	Valor justo	Ganho / (Perda) Não Realizada					
I. Valor justo por meio do resultado		37.151	46.475	-	83.626	83.555	83.626	65	83.626	100%	110.823	100%	
<u>Carteira própria</u>									-				-
<u>Fundos de investimentos</u>													
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	21.921	46.472	-	68.393	68.323	68.393	71	68.393	82%	95.582	86%	
Operações compromissadas (*)	1	15.063	-	-	15.063	15.063	15.063	-	15.063	18%	15.017	14%	
Títulos da dívida agrária - TDA	2	172	3	-	175	174	175	-	175	0%	239	0%	
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	-5	-	-	-5	-5	-5	-	-5	0%	-15	0%	
II. Títulos disponíveis para venda		-	37.394	-	37.394	37.394	37.394	-	37.394		-		-
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	37.394	-	37.394	37.394	37.394	-	37.394	100%	-		-
III. Títulos mantidos até o vencimento		-	4.062	3.651	7.713	7.713	8.722	1.009	7.713	100%	7.664	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	3.651	3.651	3.651	4.384	733	3.651	47%	3.599	47%	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	-	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	4.062	-	4.062	4.062	4.338	276	4.062	53%	4.065	53%	
Total geral		37.151	87.931	3.651	128.733	128.662	129.743	1.074	128.733		118.487		

(*) com lastro em títulos públicos

b) **Movimentação das aplicações financeiras**

Descrição	2017	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos / Atualizações	2018
Carteira Própria						
Disponível para venda	-	36.774	-	(609)	1.229	37.394
Fundos Exclusivos						
Valor justo por meio do resultado	110.823	35.359	(65.640)	-	3.084	83.626
Mantidos até o vencimento	7.664	-	-	-	49	7.713
Total	118.487	72.133	(65.640)	(609)	4.363	128.733

Descrição	2016	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos / Atualizações	2017
Carteira Própria						
Disponível para venda	-	8.061	(8.487)	-	426	-
	-	-	-	-	-	-
Fundos Exclusivos						
Valor justo por meio do resultado	75.997	62.257	(39.133)	-	5.494	104.615
Mantidos até o vencimento	12.201	6.863	(11.911)	-	44	7.197
Total	88.198	77.181	(59.531)	-	5.964	111.812

c) **Determinação do valor justo**

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 Brasil, Bolsa Balcão (antiga BM&F Bovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

d) **Hierarquia de valor justo**

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
 Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
 Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todas as aplicações financeiras Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são Nível 1 e Nível 2.

e) Taxa de juros contratada

	<u>Maior taxa</u>	<u>Menor taxa</u>
LFT	SELIC 100%	SELIC 100%
NTN-O	6,38%	6,38%
LTN-O	6,88%	6,38%
NTN-B	7,50%	7,35%
LTN	9,11%	6,81%
TDA	10,05%	9,02%
NTN-F	12,91%	10,60%

6. Créditos das operações de capitalização

Referem-se a valores a receber da emissão de títulos de capitalização:

	<u>A</u>	<u>Vencidos 1 a 30</u>	<u>Vencidos 31 a 180</u>	<u>Vencidos 181 a 360</u>	<u>Total Geral</u>
	<u>vencer</u>	<u>dias</u>	<u>dias</u>	<u>dias</u>	
Créditos das operações	4.955	152	160	-	5.267

7. Créditos tributários e previdenciários

Ativo	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tributos a compensar	2.673	3.017
Total circulante	2.673	3.017
IRPJ - Adições temporárias	96	175
CSLL - Adições temporárias	76	140
Total não circulante	172	315

8. Obrigações a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores e outras obrigações a pagar	1.663	1.303
Participação dos Lucros	382	683
Dividendos e gratificações a pagar	1.158	1.158
Compartilhamento de despesas (Nota 17b)	45	92
Obrigações a pagar	3.248	3.236

9. Impostos e contribuições

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda	836	2.188
(-) Antecipação de imposto de renda	(662)	(2.060)
Contribuição Social	652	1.746
(-) Antecipação de contribuição social	(486)	(1.642)
COFINS	31	60
PIS/PASEP	9	10
Total	380	302

10. Depósito de terceiros

	30/06/2018			31/12/2017
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	Até 30 dias
Valores a reclassificar	385	49	119	285
Total	385	49	119	285

11. Cobertura das provisões técnicas

	2018	2017
Provisões técnicas	112.329	107.296
Total a ser coberto	112.329	107.296
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa - públicos	37.394	-
Quotas de fundos de investimentos	92.348	118.486
Total de aplicações oferecidas em cobertura:	129.742	118.486
Ativos livres	17.413	11.190

12. Movimentação das provisões técnicas

2018	Provisão Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgate (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	Outras provisões	Total das Provisões
Saldo no início do semestre	88.369	4.186	962	13.584	195	107.296
Constituição de provisão	63.348	-	10.942	10.442	171	84.903
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	2.673	-	-	2	7	2.682
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(10.634)	-	(10.634)
Pagamento de resgates	-	(58.492)	-	-	-	(58.492)
Títulos cancelados	(1.274)	-	-	-	-	(1.274)
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	153	153
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	(151)	(151)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(11.836)	-	-	(11.836)
Transferência PRA	(21.277)	21.277	-	-	(12)	(12)
Transferência PRV	(37.616)	37.616	-	-	-	-
Transferências PDB	-	12	-	-	-	12
Outros ajustes	(3)	(141)	(14)	(10)	(150)	(318)
Saldo no final do semestre	94.220	4.458	54	13.384	213	112.329

2017	Provisão Matemática para Capitalização (PMC)	Provisão para Resgate (PR)	Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)	Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)	Outras provisões	Total das Provisões
Saldo no início do semestre	62.334	2.582	5	12.882	138	77.941
Constituição de provisão	83.754	-	16.477	19.518	249	119.998
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	2.359	17	-	73	6	2.455
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(18.898)	-	(18.898)
Pagamento de resgates	-	(73.242)	-	-	-	(73.242)
Títulos cancelados	(972)	-	-	-	-	(972)
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	-	-
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	(112)	(112)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(16.476)	-	-	(16.476)
Transferência PRA	(45.467)	45.467	-	-	(8)	(8)
Transferência PRV	(24.713)	29.066	-	-	-	4.353
Transferências PDB	-	8	-	-	-	8
Outros ajustes	2.065	(130)	-	(2.117)	(103)	(285)
Saldo no final do semestre	79.360	3.768	6	11.458	169	94.761

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 12.000 e estão representadas por 12.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

d) Reserva estatutária

Conforme previsto no artigo 24º do Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, foi transferida à conta de reserva estatutária.

e) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda.

14. Detalhamento das contas de resultado

a) Arrecadação com títulos de capitalização

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Incentivo	43.796	82.345
Tradicional	39.362	33.469
Cancelamento de títulos de capitalização	(1.308)	(1.089)
Total	81.850	114.725

b) Custos de aquisição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comissões	(1.641)	(1.469)
Outros custos	(27)	(42)
Total	(1.668)	(1.511)

c) Despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal próprio	(3.468)	(3.296)
Serviços de terceiros	(1.126)	(2.805)
Localização e funcionamento	(481)	(485)
Depreciações e amortizações	(165)	(101)
Despesas com publicidade	(48)	(3)
Publicações	(94)	(90)
Donativos e contribuições	(20)	(12)
Despesas administrativas diversas	(337)	(662)
Total	(5.739)	(7.454)

d) Despesas com tributos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COFINS	(410)	(481)
PIS	(67)	(78)
Taxa de fiscalização	(132)	(135)
Outros	(9)	(7)
Total	(618)	(701)

e) Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas com títulos de renda fixa públicos	1.229	426
Receitas com quotas de fundos de investimentos	3.134	5.538
Outras receitas financeiras eventuais	217	149
Despesas financeiras com provisões técnicas - capitalização	(2.682)	(2.455)
Despesas financeiras eventuais	(30)	(29)
Total	1.868	3.629

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro antes dos impostos e após participações	3.544	3.544	5.685	5.685
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(874)	(709)	(1.409)	(1.137)
Diferenças temporárias	80	64	47	38
Diferenças permanentes	(42)	(7)	(34)	(4)
Deduções incentivadas				
Ajuste adição temporária				
Tributo antes das compensações	(836)	(652)	(1.396)	(1.103)
Constituição/reversão de crédito tributário	(80)	(64)	(47)	(38)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(916)	(716)	(1.443)	(1.141)
Alíquota efetiva - %	26%	20%	25%	20%

b) **Imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a recuperar**

O imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a compensar em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e variação no período referem-se a:

Ativo	2018	2017
IRPJ a compensar	1.419	1.879
CSLL a compensar	694	554
ISS - devolvido a compensar	560	584
Total circulante	2.673	3.017

Ativo	Balço patrimonial		Resultado
	2018	2017	Variação
Tributos em restituição	2.113	2.433	(320)
Tributos retidos na fonte	560	584	(24)
Total circulante	2.673	3.017	(344)

Diferenças temporárias:			
Provisão para participação nos lucros	171	307	(136)
Contingências cíveis	1	8	(7)
Total não circulante	172	315	(143)

16. Transações com partes relacionadas

a) **Operações de capitalização**

As transações com partes relacionadas referem-se, basicamente, a contratação de título de capitalização e incentivos a vendas. Existem também operacionais relacionadas a utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO, de forma que o montante relativo a esta utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

2018		Crédito da operação de capitalização	Provisão matemática para resgates	Provisão matemática para sorteios	Despesas com sorteios	Despesas com resgates	Receitas com títulos de capitalização
MAC Investimentos S.A.	Coligada	4	(4)	-	(5)	(11)	20
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	4.068	(20.027)	(6.019)	(5.613)	(12.975)	22.451
MAPFRE Vida S.A.	Coligada	514	(523)	(2.806)	(791)	(1.597)	3.165
MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	1	(1)	(44)	(4)	(8)	16
		4.587	(20.555)	(8.869)	(6.413)	(14.591)	25.652

2017		Crédito da operação de capitalização	Provisão matemática para resgates	Provisão matemática para sorteios	Despesas com sorteios	Despesas com resgates	Receitas com títulos de capitalização
MAC Investimentos S.A.	Coligada	3	(2)	-	(9)	(20)	36
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	Coligada	7.010	(20.131)	(5.532)	(5.633)	(12.946)	22.533
MAPFRE Vida S.A.	Coligada	1.101	(836)	(2.673)	(858)	(1.731)	3.431
MAPFRE Assistência S.A.	Coligada	8	(8)	(44)	(9)	(19)	38
		8.122	(20.977)	(8.249)	(6.510)	(14.716)	26.038

b) Compartilhamento de despesas administrativas

As despesas administrativas das empresas operacionais do GRUPO MAPFRE, são compartilhadas entre as mesmas e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos.

Partes relacionadas	2018			
	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária LTDA	83	-	(1)	576
MAPFRE Investimentos LTDA	-	1	(26)	12
MAC Investimentos S.A.	93	-	-	140
MAPFRE Assistência LTDA	648	-	(6)	1.091
MAPFRE Brasil Participações S.A.	30	-	(13)	94
MAPFRE Holding do Brasil LTDA	2	-	-	26
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	2	-	-	19
MAPFRE Previdência S.A.	70	-	(25)	707
PROTENSEG Corretora de Seguros LTDA	11	-	-	76
MAPFRE Saúde LTDA	15	-	-	109
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos LTDA	-	44	(647)	123
Total	954	45	(718)	2.973

Partes relacionadas	2017			
	Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária LTDA	84	-	(13)	303
MAPFRE Investimentos LTDA	5	-	(142)	210
MAC Investimentos S.A.	56	-	(129)	493
MAPFRE Assistência LTDA	372	3	(34)	11
MAPFRE Brasil Participações S.A.	14	-	(47)	14
MAPFRE Holding do Brasil LTDA	3	-	-	23
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	3	-	-	13
MAPFRE Previdência S.A.	110	-	(284)	519
PROTENSEG Corretora de Seguros LTDA	12	-	(1)	67
MAPFRE Saúde LTDA	16	-	(68)	161
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos LTDA	-	89	(993)	266
Total	675	92	(1.711)	2.080

c) Remuneração da Administração

É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos Administradores, no montante de R\$ 2.200 (R\$ 2.200 em 2017).

d) Planos de previdência complementar

A Companhia possui plano de previdência complementar aos seus colaboradores, da MAPFRE Previdência S.A. As contribuições efetuadas no período montam R\$ 61 (R\$ 40 em 2017)

e) Planos de assistência à saúde

A companhia proporciona planos de assistência à saúde, da MAPFRE Saúde Ltda., aos seus colaboradores. O regime do plano é de pós-pagamento, sendo que os pagamentos efetuados no semestre totalizaram R\$ 740 (R\$ 330 em 2017).

17. Outras informações

a) Processos judiciais

2018	Quantidade	Valor	
		Reclamado	Provisionado
I. Cível			
Provável	1	17	1
Possível	54	1.593	-
II. Trabalhista			
Provável	-	-	-
Possível	-	-	-
III. Tributário			
Provável	-	-	-
Possível	2	392	-
Total	57	2.002	1

2017	Quantidade	Valor	
		Reclamado	Provisionado
I. Cível			
Provável	1	1	1
Possível	62	874	-
II. Trabalhista			
Provável	-	-	-
Possível	-	-	-
III. Tributário			
Provável	-	-	-
Possível	2	217	-
Total	65	1.092	1

b) PIS e COFINS

Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Companhia passou a considerar para a apuração do PIS e da COFINS apenas as receitas de título de capitalização, deixando de considerar as demais receitas. Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei nº 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2015, a Administração, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que as receitas de capitalização são as únicas receitas que compõem o faturamento da Companhia. O risco de perda é avaliado como possível no montante de R\$ 2.412 (2.271 em 31 de dezembro de 2017).

Diretoria

Wilson Toneto - Diretor Presidente
Elíseo João Viciania - Diretor

Renato Fernandes- Diretor
Miguel Gómez Bermudez - Diretor

Contador

Márcio Vincenzi Jager
CRC1SP258226/O-1

Atuário

Vera Lucia Fernandes Lopes
MIBA nº 817

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Previdência S/A e MAPFRE Capitalização S/A, foi instituído nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de outubro de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas da Superintendência de Seguros Privados, e do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras das Companhias, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira das Companhias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Comitê reuniu-se com os principais executivos das Companhias, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria das empresas MAPFRE Previdência S/A e MAPFRE Capitalização S/A, entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o semestre findo em 30 de junho de 2018, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo, 30 de agosto de 2018.

Nilton Maia Sampaio / Mário de Almeida Rossi / Rogério Soares
Coordenador Membro Titular Membro Titular